

pelo Programa "Fé e Cultura", do Centro João XXIII, se deve principalmente o fato de agora ser possível converter em realidade esta publicação.

MCLB

RELIGIOSIDADE, ESTRUTURA SOCIAL E — COMPORTAMENTO POLÍTICO¹ —

*Leandro Piquet Carneiro
Luiz Eduardo Soares*

A finalidade principal deste trabalho é analisar um conjunto de informações empíricas, com base em "surveys", sobre a religiosidade da sociedade brasileira e suas relações com o comportamento político, particularmente o que se manifesta como orientação eleitoral.²

Os problemas começam na própria definição do objeto; apesar de sua aparente precisão, os termos que o enunciam facilmente iludem e tendem a negligenciar a extraordinária complexidade sociológica ou antropológica subjacente aos dados construídos e às informações capturadas pelos "surveys". Para reduzir, ainda que apenas parcialmente, a magnitude dos enganos, obstáculos e mal-entendidos, é preciso, logo de início, identificar a natureza das questões mais gerais e primárias que nos desafiam, quando se trata de examinar material estatístico, como aquele de que dispomos: os fenômenos a que remetem as informações colhidas pelos "surveys" analisados não são propriamente a religiosidade ou as religiões dos brasileiros, mas suas opções entre indicadores pré-selecionados de

1. Agradecemos aos profs. Olavo Brasil de Lima Jr. e Nelson Valle e Silva suas valiosas sugestões. Registre-se que os possíveis equívocos são de nossa exclusiva responsabilidade.

2. O presente relatório foi produzido no contexto do Núcleo de Pesquisas do ISER, por solicitação e com o patrocínio do Centro João XXIII de Investigação Social. Sua principal base de dados foi oferecida por pesquisas realizadas pelo Instituto Gallup de Opinião Pública para o Centro João XXIII. As referências destas e de outras fontes estão indicadas no curso do texto.

declarações a respeito de temas ou suas interpretações, sobre os quais incidem as interrogações dos entrevistadores, em "settings" interacionais determinados; por outro lado, a realidade política a que aludem os dados reduz-se a constructos mediados por indicadores previamente selecionados, recortados segundo critérios específicos e combinados em quadros sincrônicos e diacrônicos, que procuram captar padrões e propiciar seu desdobramento prospectivo sob a forma de tendências. A matéria-prima do cálculo são conjuntos de declarações sobre opções eleitorais, e a operação que lhes confere inteligibilidade, nos termos circunscritos pela problemática em pauta, é a distribuição das frequências relativas dos indicadores atitudinais significativos ou pertinentes, ordenados em variáveis e funções. Desfaçam-se, portanto, as ilusões do otimismo cognitivo ingênuo: tabelas estatísticas não capturam o real, apenas o iluminam pelo viés de ângulos determinados, se a análise da facticidade reconstruída souber orientar-se por perspectivas teóricas adequadas, o que inclui, necessariamente, a autoconsciência de suas limitações e a compreensão minimamente adequada da complexidade das experiências humanas, sociais e políticas que constituem seu objeto.

Os estudos sociológicos da religião e da política apresentam características próprias, dificuldades distintas, costumam remeter a horizontes conceituais diversos e, sobretudo, a metodologias diferentes. É tempo de aproximá-los, não só porque a intersecção entre os universos respectivos representa, para nós, em si mesma, um objeto de pesquisa, como também porque esse diálogo parece promissor para ambos os interesses e especialidades acadêmicas.

Nas análises do processo político brasileiro, as avaliações do comportamento eleitoral têm se tornado tão mais centrais quanto mais decisivo se torna o voto para a definição das relações de poder na sociedade. Em outras palavras, parece natural que corresponda ao desenvolvimento da institucionalização democrática a ampliação do interesse pelo voto e de sua relevância política. Certamente, o voto não esgota a política, seja no nível de sua prática organizada e racionalmente dirigida, seja no nível de sua experiência cotidiana pelos cidadãos; contudo, é a culminância e a condensação de processos mais amplos, cujos desdobramentos desencadeia, a partir da inflexão que determina no curso das relações políticas. Por isso, resultados eleitorais são objetos estratégicos: por um lado, reveladores, porque expressivos de inclinações gerais e articulações so-

ciais; por outro lado, determinantes, porque constitutivos de cenários, correlações de forças, hierarquias de "issues" e de elencos excludentes de atores. Além disso, o voto é especialmente compatível com tratamentos agregados e análises estatísticas, porque fornece quadros mensuráveis de distribuição de frequências relativas de indicadores pré-constituídos e pré-identificados, sob estrito controle material e metodológico.

No caso específico desta pesquisa, até mesmo os dados eleitorais submetem-se ao filtro da memória seletiva, dos jogos intersubjetivos vividos nas entrevistas, da intimidação provocada pela derrota eleitoral e da sedução exercida pelo poder conquistado nas urnas e cultuado pela mídia. Isso porque os dados com que trabalhamos não correspondem a resultados efetivamente computados nas eleições; são declarações de voto colhidas três meses após o segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Não há outro meio de associar voto e credo; somente declarações de voto podem ser correlacionadas a indicadores de opção religiosa, quando o universo pesquisado não é artificialmente limitado. Como tem sido reiteradamente observado e é facilmente explicável, este procedimento tende a beneficiar o candidato vencedor, que termina recebendo um número de declarações de voto significativamente superior à sua votação apurada.³

A filtragem do comportamento eleitoral pela declaração posterior importa em alterações que não devem ser subestimadas, sob pena de confusões perigosas. A apreciação das tabelas deve supor sempre, sob o voto, sua reconstrução discursiva, a qual pode operar, menos segundo um registro mnemônico-constativo, voltado exclusivamente para a descrição fiel de uma ação pretérita, e mais segundo uma lógica performativa, subordinada a estratégias contingentes da pragmática interacional, ditadas ou estimuladas pela circunstância da entrevista. Sendo impossível um controle absoluto sobre graus de defasagem entre voto e declaração, não há como deduzir um padrão de variações que nos propiciasse corrigir distorções e aprender com elas algo a respeito, seja de suas motivações, seja dos agentes sociais que as experimentam. As pesquisas recentes sobre religiões ou experiências da religiosidade no Brasil têm sido reali-

3. Quanto ao primeiro turno, as diferenças entre declarações e votos efetivos beneficiaram Collor, com mais 10%, e Lula, com mais 3%. Quanto ao segundo turno, a votação de Collor foi suplantada pelas declarações em 8,4% e a votação de Lula foi subestimada em 9% (cf. Gallup, 1990: 13).

zadas com uma ênfase predominantemente antropológica, ao menos no que diz respeito ao espectro de abrangência empírica e ao recorte temático. As grandes questões são enfrentadas a partir de estudos de caso, baseados em observação participante e comparações tópicas, ou diretamente, em reflexões histórico-culturais, filológicas ou teológicas.

Evidentemente, cada modalidade de investigação redefine não apenas os tipos de abordagem, mas o próprio significado das questões, assim como sua natureza epistemológica. Sem prejuízo dos méritos destas várias linhas de indagação, de seus potenciais heurísticos, de suas vantagens relativas e do valor intrínseco de seus resultados, cumpre observar (e lamentar) a escassez de pesquisas baseadas em "surveys" e análises de dados agregados ou a pobreza freqüente, seja de sua construção da empiria, seja do tratamento que conferem aos dados produzidos. Em poucas palavras, ocorre freqüentemente um desencontro desafortunado: ou o pesquisador desconhece e atropela a enorme complexidade da experiência religiosa, como fenômeno social e cultural, dirigindo aos entrevistados perguntas equivocadas e ociosas⁴, mantendo sintonia exclusiva com a escala agregada — que termina por se demonstrar vazia —, ou negligencia inteiramente problemas relativos à agregação e à comparação, restringindo-se à intensidade da participação e à profundidade da observação direta, parcial e localizada — a qual muitas vezes parece cega e insensível às próprias exigências implícitas de verificação, extensão e comparação.

Seria extremamente enriquecedor para a compreensão dos problemas, em suas múltiplas dimensões, a intensificação do diálogo interdisciplinar e a colaboração ativa entre pesquisadores e pensado-

4. Avalie-se, por exemplo, a propriedade da seguinte pergunta, dirigida aos entrevistados, sem nenhuma atenção à eventual e provável diversidade semântica subjacente às respostas: "Os partidos políticos são qualificados em esquerda, centro e direita. Eu tenho aqui um desenho destas posições, que vão da extrema esquerda até a extrema direita. Como o Sr.(a)/ você descreveria suas opiniões políticas olhando neste desenho?" (Gallup, 1990:7). Outro problema bastante evidente encontra-se no "survey" "Família e valores" (Gallup, 1988), quando se procura identificar o grau de afinidade entre valores implicitamente postulados pelos entrevistados com posições doutrinárias ou institucionalmente assumidas pela Igreja Católica, sem nenhuma consideração pelo fato de que muitos dos temas não estão dados para o conjunto da população como "issues" dotados de visibilidade e submetidos ao debate público. Parece óbvio que as posições não refletem homogeneamente afinidades ou oposições, aproximações e distâncias, e que a dinâmica da politização dos temas ou de sua conversão em "issues" públicos tenderá a determinar mudanças significativas nas relações objeto do exame.

res de diferentes orientações metodológicas, sem a neutralização das eventuais divergências teóricas ou a simples diluição eclética. Por esta via prática talvez se lograsse superar o fascínio fetichista pela magia dos números, tantas vezes elevados à condição ilusória de passaporte para o real ou instrumento privilegiado de acesso à sua inteligibilidade; assim como a auto-suficiência obtusa da antropologia provinciana. Quem sabe, assim, os questionários dos "surveys" ganhariam em qualidade e os estudos localizados alcançariam a transcendência possível. Nosso estudo pretende contribuir exatamente para o desenvolvimento deste diálogo.

I. Aspectos do universo religioso brasileiro

A presença fortemente majoritária dos católicos no Brasil é indiscutível, assim como são inquestionavelmente insuficientes os meios utilizados pelos "surveys", objeto de nossa análise, para identificar suas dimensões relativas. Uma pergunta tão banal e aparentemente neutra quanto "o Sr.(a)/você tem alguma religião? (Se sim) Qual é a sua religião?" (Gallup, 1988:s/p. e 1990:1,2,3) pode induzir a erros consideráveis. O motivo é muito simples: declarar-se católico no Brasil, ou, mais ainda, cristão, é, freqüentemente, equivalente a reconhecer-se parte da espécie humana, ainda que a tais identidades não correspondam adesões doutrinárias, lealdades institucionais, engajamentos comunitários, comunhão valorativa especialmente representativa ou práticas rituais regulares. Não é preciso ser antropólogo e estudioso do fenômeno religioso para dar-se conta dessas características, que põem em risco a estabilidade e a precisão do quadro classificatório das adesões religiosas em nosso país.

A prova mais evidente da não-neutralidade da pergunta dirigida aos entrevistados, nós a encontramos na diferença entre os resultados da pesquisa que recorreu à formulação mencionada (76.2% são católicos, 14.6% têm outras religiões e 9.2% não têm religião, segundo Gallup, 1990) e aqueles obtidos por respostas estimuladas (58.8% ou 61.7% são católicos, 19.0% ou 16.1% têm outras religiões⁵ e 18.7% não têm religião, segundo Gallup, 1988). Respostas

5. A duplicidade de dados se deve à prudência: o número extremamente elevado alcançado pelos "católicos brasileiros" nesta pesquisa, 2.9%, considerável, se comparado, por exemplo, a 2.4% dos fiéis da Assembléia de Deus ou a 1.5% dos adeptos

TABELA 2

Preferências Religiosas (Brasil)
Respostas Estimuladas (Gallup 11/1988)

CATÓLICO ROMANO	58.8%
Assembléia de Deus	2.4%
Batistas	1.1%
Presbiterianos	0.8%
Luteranos	0.5%
Adventistas	0.4%
Congregacionais	0.2%
Metodistas	0.1%
Anglicanos	0.1%
TOTAL PROTESTANTES	5.6%
Espírita Científica	0.8%
Espírita Cristã	2.9%
TOTAL ESPÍRITA	3.70%
Candomblé	0.5%
Umbanda	1.0%
CANDOMBLÉ + UMBANDA	1.50%
BUDISTA	0.4%
JUDAICA	0.1%
SEM RELIGIÃO	18.7%

Obs. 1: Outras religiões que não alcançaram 1%:

Ortodoxa (0,1%); Mórmon (0,1%); de Evangelização (0,1%); Evangelho Quadrangular (0,2%); Igreja Deus é Amor (0,5%); Testemunhas de Jeová (0,7%); JC dos Últimos Dias (0,1%); Messiânica (0,1%); Seicho-no-Iê (0,3%); Outras religiões — não-especificadas (0,8%).

Obs. 2: 2,9% dos entrevistados declararam-se seguidores da Igreja Católica Brasileira, percentual que não se repete em nenhuma das outras pesquisas de opinião ou na PNAD. Em decorrência da atipicidade deste resultado, não incluímos este total na tabela das preferências religiosas.

TABELA 3

Ano	Católicos e Protestantes nos EUA		Católicos e Não-Católicos no Brasil	
	Católicos	Protestantes	Católicos	Não-Católicos
1947	20%	69%	85.9%	20.5%
1987	28%	58%		

Fonte: Gallup, G. e Castelli, J., 1987

TABELA 4

Preferência Religiosa nos EUA, 1986

Batistas	20%
Metodistas	9%
Luteranos	5%
Presbiterianos	2%
Episcopais	2%
"United Church of Christ"*	2%
"Christian Church"***	2%
Outros Protestantes	7%
Protestantes não-Especificados	5%
Outras Religiões****	4%
TOTAL PROTESTANTES	59%****
CATÓLICOS	27%
JUDEUS	2%
Outras Religiões	4%
Sem Religião	8%

* Também "Congregationalist" ou "Evangelical and Reformed"

** Também "Disciples of Christ"

*** Inclui os que se classificam como protestantes, mas a denominação de que participam não é classificada como protestante.

**** mais 1% de 5 denominações protestantes que não atingem 1% separadamente.

Fonte: "Religion in America"
"The Gallup Report"
Abril de 1987, report Nº 259

TABELA 5

Freqüência/semana à igreja entre os católicos no Brasil e nos EUA

	EUA	Brasil
Total	53%	32%
Homens	44%	26%
Mulheres	61%	38%
18 - 29	37%	24%
30 - 49	54%	32%
mais de 50	71%	46%
Primário (BR)		34%
Less than H.S. Grad. (EUA)	53%	
Secundário (BR)		30%
High School Graduate (EUA)	47%	
Superior (BR)		33%
College Graduate	61%	
Faixas de Renda*:		
A	53%	36%
B	52%	40%
C	45%	31%
D	53%	29% (D+E)
E	63%	—
F	50%	—

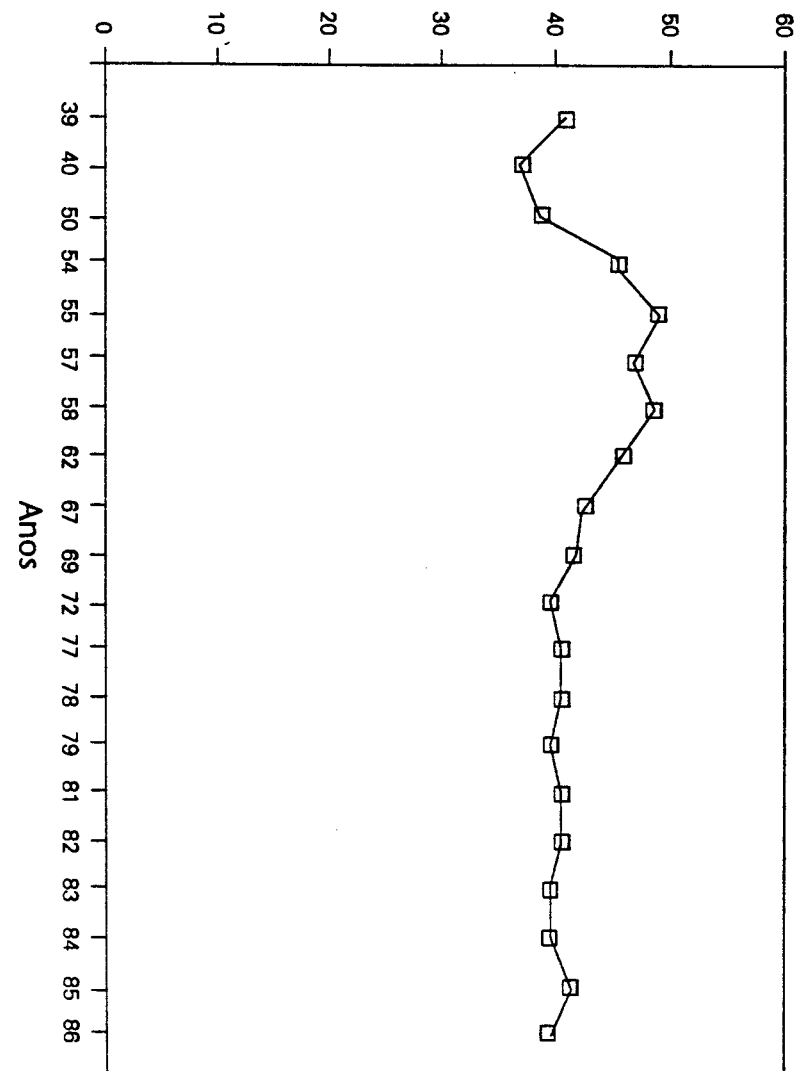
* Critérios usados:

EUA: A - \$ 40,000 +; B - \$ 35 — 40,000
 C - \$ 25 — 35,000; D - \$ 15 — 25,000
 E - \$ 10 — 15,000; F - \$ 10,000

Brasil: Critério de classificação socioeconômica de acordo com normas da ABA — ABIPEME

Fonte: EUA: "The American Catholic People"
 Gallup, G. e Castelli, Jim., New York, 1987.
 Brasil: Inst. Gallup, março de 1990.

% da População



Freqüência a Igrejas e Sinagogas
 EUA (1939-1986)

TABELA 6

Frequência a cultos e missas, segundo duas diferentes pesquisas realizadas pelo Instituto Gallup

FREQUÊNCIA	CATÓLICOS		OUTRAS RELIGIÕES	
	julho de 88	março de 90	julho de 88	março de 90
Semanal	33%	32%	56%	59%
Mensal	23%	—	—	—
Base Amostral	2433	2078	473	399

Fonte: Instituto Gallup, julho de 1988 e março de 1990.

Frequência a cultos e missas, segundo a PNAD — 1988

FREQUÊNCIA	CATÓLICOS	PROTESTANTES/ EVANGÉLICOS
Semanal	31%	76%
Mensal	40%	18%
Anual	29%	6%

a Igreja, no Brasil, são 31% do total dos católicos, segundo a PNAD⁷, 1988; 33%, segundo Gallup, 1988; e 32%, segundo Gallup, 1990; os fiéis de outras religiões, com frequência semanal aos respectivos

7. Agradecemos ao prof. Antônio Carlos Alkimir dos Reis a presteza solidária com que nos facultou o acesso aos dados da PNAD 1988, até então não publicados.

cultos, correspondem, no Brasil, a 76% do contingente total, segundo a PNAD, 1988⁸; a 56%, segundo Gallup, 1988, e a 59%, segundo Gallup, 1990; nos Estados Unidos, em 1985, 53% dos católicos frequentavam a Igreja semanalmente, segundo Gallup e Castelli, 1987; mas o número dos protestantes com frequência semanal aos templos é bem menor — não passa de 39%, segundo a mesma fonte. Uma primeira hipótese de abordagem sugere a associação entre duas diferenças: a ampla superioridade numérica da população católica brasileira e sua notável inferioridade quanto à frequência aos cultos. Uma interpretação que supusesse a tendência geral ao equilíbrio entre os contingentes participativo e absenteísta — equilíbrio, aliás, verificado nos dados referentes aos católicos americanos e aos não-católicos brasileiros, cuja frequência semanal aproxima-se de 50% — deduziria da disparidade detectada a superestimação da população católica brasileira e a estimaria como correspondente a não mais que a metade do número relativo indicado nas primeiras tabelas.

A hipótese não é convincente, uma vez que o equilíbrio tendencial pressuposto não se verifica entre os protestantes e entre os judeus norte-americanos⁹. Se deixarmos de lado a consideração deste último caso, em respeito à sua especificidade, que demandaria uma investigação particular, seremos levados a concluir que a baixa frequência está associada ao amplo predomínio numérico, no contexto de uma sociedade determinada — ou à hegemonia no campo religioso-cultural, diriam os sociólogos inspirados em Gramsci e Bourdieu. Parece plausível supor que a experiência de ser minoria, se, por um lado, inclui ingredientes existenciais e psicológicos dolorosos, derivados da estigmatização e do insulamento que lhe são correspondentes — os quais realimentam a dinâmica social tendente a impedir a expansão do grupo —, por outro lado apresenta características fortemente atraentes e gratificantes, as quais tanto determinam quanto são resultantes da intensificação da frequência, do aprofundamento de vínculos sociais e morais e do fortalecimento da identidade religiosa.

A frequência semanal cumpre, para nós, na delimitação do contingente católico da população brasileira, um papel peculiar e

8. Os fiéis de "outras religiões" consideradas pela PNAD resumem-se aos "protestantes evangélicos".

9. Segundo Religion in America (The Gallup Report, April 1987, Report number 259, p. 38), 49% dos católicos, 41% dos protestantes e 20% dos judeus declaram assiduidade semanal a seus cultos.

especialmente importante: constitui o indicador mais seguro num contexto particularmente marcado pela dificuldade de estabelecer critérios razoáveis de controle dos dados disponíveis. Visando conhecer, em linhas gerais, a população católica praticante, no Brasil — circunscrita pelo critério da assiduidade semanal declarada (veja tabela 6, que inclui dados sobre frequência mensal) —, passamos a examinar as informações disponíveis sobre frequência, segundo classificação socioeconômica, tamanho de cidade e faixa etária.

Entre os católicos, ao contrário do que ocorre com os fiéis de outras religiões, renda mais alta está associada a maior frequência. A chamada classe B representa o ponto máximo de participação (a assiduidade cresce de 36.43% — classe A — para 39.59% — classe B), que cai progressivamente, a partir daí, conforme decresce a renda (30.82% dos católicos da classe C frequentam a Igreja semanalmente e somente 29.19% dos católicos das classes D e E apresentam a mesma assiduidade. (Ver gráficos 2,3,4,5 e 6.)

Em números absolutos, todavia, a relação inverte-se, em função da enorme desproporção na distribuição de renda, em nosso país, geradora de uma estrutura de tipo piramidal perversa, em cuja base concentra-se a grande maioria da população: 38.78% dos católicos com frequência semanal incluem-se nas classes D e E; 32.81% na classe C; 20.29% na classe B; e apenas 8.12% na classe A (Gallup, 1990). Considerando-se, com todas as limitações e simplificações grosseiras que implica, o conjunto das religiões não-católicas, a curva inverte-se, sofrendo uma inflexão ascendente, quanto ao número relativo dos fiéis com frequência semanal, justamente na classe B: 64.29% dos não-católicos da classe A participam semanalmente de seus respectivos serviços religiosos; 51.32% da classe B declaram a mesma assiduidade, enquanto 56.58% da classe C e 64.57% das classes D e E assumem idêntica frequência (Gallup, 1990). Neste caso, a relação é diretamente proporcional aos números absolutos (veja tabela 7).

Nos Estados Unidos, a distribuição dos católicos com frequência semanal por faixas de renda é bem mais homogênea: 53%, classe A; 52%, classe B; 45%, classe C; 53%, classe D; 63%, classe E; e 50%, classe F. A mesma tendência ao equilíbrio caracteriza o quadro composto pelo cruzamento entre o conjunto dos fiéis norte-americanos, recortados segundo a frequência semanal, independentemente da filiação religiosa, e as faixas de renda, classificando

TABELA 7

Frequência à igreja católica por classificação socioeconômica (Gallup 3/1990)

Valores Absolutos	A	B	C	D+E
Frequêntam	54	135	218	258
N. Frequêntam	94	206	490	626
Total	148	341	708	884
Valores Relativos	A	B	C	D+E
Frequêntam	36.43	39.59	30.82	29.19
N. Frequêntam	63.57	60.41	69.18	70.81
Total	100	100	100	100

Frequência a igrejas não-católicas por classificação socioeconômica

Valores Absolutos	A	B	C	D+E
Frequêntam	15	45	79	95
N. Frequêntam	9	43	61	52
Total	24	88	140	147
Valores Relativos	A	B	C	D+E
Frequêntam	64.29	51.32	56.58	64.57
N. Frequêntam	35.71	48.68	43.42	35.43
Total	100	100	100	100